

Indignação: Quem nos representa?

Ronaldo Gusmão

Toda manifestação popular, pacífica ou não, externaliza uma insatisfação com o status quo das coisas. As três últimas grandes manifestações populares no Brasil, as de 1984 das “diretas já”, de 1992 do “fora Collor”, e de agora dos “R\$0,20”, externalizaram indignação. Indignação porque não éramos uma nação democrática, por não tolerar tamanha corrupção na política, e agora por melhor qualidade de vida e pela falta de representatividade. A crise é de falta de representatividade como um todo, demonstrado por parte da população que se manifestou nas ruas, nas redes sociais, e principalmente nas pesquisas de opinião pública. A falta de representatividade não é somente na política, mas geral. Nossos partidos políticos não nos representam, mas sim os interesses de seus dirigentes, muitos vitalícios; nossos sindicatos muito menos, pois vivem de verbas compulsórias; os conselhos de classes, as representações profissionais e empresariais raramente representam a maioria de seus associados, pois a maioria não os elegeram. A insatisfação com a democracia representativa já é um fenômeno mundial. A democracia direta como conhecemos na Grécia, já pode ser uma realidade hoje com as novas tecnologias e as pesquisas de opinião. Veja o fenômeno das redes sociais, das nossas eleições eletrônicas, dos 26 milhões de brasileiros que entregaram a declaração do imposto de renda via internet, etc. “A internet é a nova praça pública de Atenas”. Com as novas tecnologias e pesquisa de opinião poderemos debater, opinar e referendar ou não as decisões de nossos representantes. Veja bem, a indignação não foi contra as instituições democráticas, mas dos seus ocupantes. Indignação pela ineficiência das políticas do Estado Brasileiro, obra de vários governos, tanto ditatoriais quanto democráticos. Indignação pela falta de transparência, em todas as instâncias, da planilha de custo da passagem do ônibus à prestação de contas dos governos em todos os níveis, até mesmo do “síndico do nosso prédio”. A indignação das pessoas foi pela má qualidade de vida, isto é: mobilidade urbana, educação, saúde, segurança, etc. Mas tudo isso tem origem na falta de representatividade e na incompetência na gestão da coisa pública, causada principalmente pela corrupção em quase todas as instâncias representativas. Indignação pela qualidade na educação que temos: Ainda não universalizamos o acesso à educação, pois ainda temos 12,9 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetos; 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. Pasmem, o Brasil tem mais de 30,5 milhões de analfabetos funcionais, segundo o IBGE. Não adianta aumentar as verbas para a educação, pois já estamos muito próximos dos países desenvolvidos, com investimentos de 5,8% do PIB. Nos Estados Unidos, são 5,5%. Na Coreia, 4,9% e a média na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, foi de 5,2% em 2010. O Brasil investe mal os recursos na educação. Em 2010, o Brasil investiu US\$2,653 por aluno no ensino básico e médio enquanto a OCDE investiu US\$8,412; já no ensino superior, enquanto a OCDE investiu US\$11,382 por aluno, o Brasil investiu US\$13,137. Isso é uma tremenda injustiça social. A indignação na educação passa pela má gestão dos recursos públicos e pela injustiça social, vejamos: o simples fato de dobrarmos os salários dos professores não significa automaticamente melhoria na qualidade do ensino, mas aplicação de meritocracia no sistema de remuneração para atração de bons profissionais, melhoria na infraestrutura escolar e sistemas de avaliações eficientes, isto sim pode fazer a diferença. Nossa sociedade está cada dia mais complexa, exigindo pessoas mais instruídas, com capacidade de adquirir informações por conta própria, que saibam escolher seus governantes e exigir deles um mínimo de comprometimento e decência: 51,5% dos eleitores brasileiros aptos a votar não conseguiram sequer completar o ensino básico. Compete agora às pessoas com formação educacional adequada, formular e discutir com a sociedade a educação que queremos, e com o referendo da população implementar um plano simples e fácil de ser cobrado dos governantes através de indicadores confiáveis. Queremos prosperidade com felicidade, que proporcione um mínimo de conforto para todos com dignidade e paz de espírito. Sem ética, transparência e educação não haverá desenvolvimento sustentável, nem crescimento econômico que se sustente, porque não haverá sociedade justa sem oportunidades para todos.